



INVENTÁRIO
GEOREFERENCIADO
DO PATRIMÓNIO CULTURAL



Pós Graduação em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território

Orientador: Mestre Álvaro Cidrais

Orientanda: Roberta Maria Ferreira Gomes da Silva

Lousada, Março de 2006

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA.....	5
TURISMO CULTURAL: O PATRIMÓNIO.....	11
O DESAFIO DA PRÁTICA.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
BIBLIOGRAFIA	25

INTRODUÇÃO

No âmbito do Curso da Pós Graduação em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território, foi-nos incumbida a proposta de elaboração de um trabalho individual, cuja temática teria que impreterível recair e tocar sobre os objectos de estudo que foram alvo de exploração e exposição durante o decorrer da mesma.

Pelo que, a temática proferida para exploração deste trabalho se prende quer com a questão anteriormente mencionada, quer com motivações profissionais.

As temáticas que foram alvo de uma explanação e análise despertam o interesse nos mais diversos quadrantes de investigação, dado que o Turismo enquanto objecto de estudo é encarado como uma actividade complexa e transversal, bem como o ordenamento do território, ambos os conteúdos encerram em si uma multiplicidade de abordagens e domínios exploratórios.

Na actualidade, novos cenários se constroem, novos actores representam e encenam num palco cada vez mais global, a uma velocidade cada vez mais fugaz. O ser humano assiste, é interveniente e simultaneamente testemunha de uma crescente compressão espacial e temporal, bem como de novas formas emergentes de interacção, pelo que, tais fenómenos têm vindo a acentuar-se de forma notória e irreversível.

Assim, importa evocar as *novas tecnologias de informação*, às quais são inculcadas em grande parte a causa desta nova conjuntura que assume contornos à escala global. A possibilidade de utilização das novas tecnologias de informação veio trazer uma profunda alteração à organização e às práticas do sistema económico, no qual o turismo enquanto actividade económica não é excepção.

O turismo deverá estar preparado para os desafios do futuro, nomeadamente em matéria de inovação, o conhecimento como factor de inovação e de orientação da actividade turística, mediante o desenvolvimento de sistemas de informação, monitorização e avaliação e a introdução de ferramentas avançadas de gestão do território, tal enquadra-se nas directrizes recentemente apresentadas no eixo V- Inovação e Conhecimento do *Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015*.

Refira-se que este eixo faz efectivamente alusão às ferramentas de informação geográfica para a gestão do território. O *PENT* ostenta um total de 5 eixos estratégicos para o futuro do turismo em Portugal e concebe 10 produtos *tipo* em torno do território,

sendo que o projecto da Rota Românico do Vale do Sousa se enquadra no *Touring Cultural e Paisagístico*.

A *administração pública* assume, de facto, um papel vital e preponderante no processo de gestão, representação e promoção territorial, reúne competências em matéria de ordenamento e gestão territorial.

Os Sistemas de Informação Geográfica, assumem-se como um instrumento indispensável quando se pensa e se leva a cabo o ordenamento do território (localização, cruzamento de informação, análises de natureza variada, receptáculo dinâmico de informação, antevisão de cenários, entre outros).

A dialéctica entre os SIG e turismo nasce a partir do momento em que ambos extravasam as fronteiras analíticas, de quem são objecto de estudo e de investigação e pelo facto de o vocábulo “*onde*” – *localização* lhes ser especialmente caro.

Os SIG assumem-se, apesar do seu poder analítico e de gestão de conteúdos, enquanto uma ferramenta imprescindível na defesa e salvaguarda do património e na valorização do processo cultural de uma dada sociedade, isto se estiverem ao serviço do Património Cultural. Os SIG podem representar um receptáculo de toda a informação do Património Cultural e simultaneamente um veículo de informação, bem como da sua disponibilização e publicação, de tal modo que pode ser um fio condutor, de comunicação quando se fala na World Wide Web, portanto acessível não apenas aos técnicos que dependem dessa informação no processo de planear e gestão do território, bem como aos simples utilizadores, e aos turistas que pretendem aceder e consumir conteúdos informativos geo-referenciados. Pode ser encarado não apenas como uma ferramenta poderosa de trabalho, como também uma tecnologia no sentido de oferecer informação virtual via a WWW, este canal de distribuição, no qual é passível a modificação, e actualização da informação, pode fornecer a possibilidade da construção de um mapa interactivo ou de uma simples brochura electrónica, que poderá estar sempre disponível e em constante actualização. Acrescente-se o facto de informação via WWW poder estar disponível sem custos ao público em geral, nacional e internacional.

Se tal proeza se alcançasse os resultados seriam efectivamente irrefutáveis, na medida em que se lançariam as bases para uma valência a nível da cultura e da disponibilização da informação do património cultural.

Os SIG podem ter definitivamente uma palavra a dizer na conservação e salvaguarda da informação respeitante ao património cultural, bem como na perpetuação e na difusão do conhecimento. Dado que, a informação e os recursos de

carácter turístico extravasam todos os domínios, e apresentam um manancial de temáticas, foi necessário proceder-se à delimitação de um recurso que servirá como exemplo e caso de estudo a este trabalho, pelo que a escolha recaiu sobre a temática património cultural, em virtude da própria essência subjacente à da Rota do Românico do Vale do Sousa.

Será contemplado o património cultural, com uma estrutura de informação própria, em que cada recurso patrimonial é identificado por uma ficha de detalhe /inventário com a caracterização respectiva e que, associada contém informação alfanumérica, a que é possível agregar informação multimédia (imagens, vídeos, entre outros) .

Assim, foi levado a cabo a delimitação e estruturação de uma ficha de detalhe, bem como o desenho e concepção da base de dados em Microsoft Access. A base de dados constituirá um repositório de informação sobre o património cultural edificado e não edificado.

Pretendeu-se desenvolver um esquema de informação acerca do património cultural, no qual é desenhada a estrutura da informação, bem como o tipo de dados a associar ou agregar, que vise a sua utilização e sirva de suporte ao ordenamento e gestão do território, de definição turística e de orientação dos próprios investimentos a efectuar.

A informação poderá ser passível de visualização, bem como de publicação, poderá deste modo servir de suporte à constituição de diferentes sites promocionais quer de cariz público quer privado. Mas sobretudo servirá os técnicos intervenientes no acto de planear e gerir o território, enquanto um instrumento de apoio à gestão e tomada de decisões.

Assume-se como complexa a tarefa de levar a cabo uma estratégia política de gestão do território, sem conhecermos os recursos existentes que existente num dado território passíveis eventualmente de serem um potencial turístico, bem como, se não tivermos mecanismos e ferramentas capazes de nos induzirem de forma fundamentada e expedita a determinadas estratégias e decisões.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

*What used to take months, we must do it in weeks.
What used to take hours, we must do it in minutes."*

(Tom Peters)

“Informação é saber... saber é poder”

(Adaptação do lema de Francis Bacon)

A crescente complexidade e mutações espaciais e temporais imprimem cada vez mais um carácter dinâmico ao território, o qual é preciso gerir com mecanismos capazes de darem resposta em tempo real e de uma forma dinâmica, quer no diagnóstico, na representação, na avaliação, na previsão e simulação de cenários possíveis.

Conhecer o mosaico que compõe o território é condição primordial, este deve ser representado o mais fidedignamente possível de modo a que se possa fazer uma gestão responsável, coerente e devidamente fundamentada sobre os alicerces da informação.

O desígnio da modernização impõe que se recorra forçosamente às novas tecnologias de informação -**TIC'S**, estas representam indubitavelmente uma mais valia e uma infinidade de potencialidades que lhes estão sobejamente associadas e reconhecidas. Neste sentido, importa invocar os Sistemas de Informação Geográfica (GIS – Geographical Information System), estes transformaram-se numa ferramenta de trabalho indispensável aos gestores nas mais diversificadas áreas de actividade, representando um mecanismo que permite melhorar a intervenção e a gestão numa dada parcela territorial.

Os Sistemas de Informação Geográfica, conceito que está indubitavelmente na ordem do dia e que faz efectivamente parte do vocabulário da maioria das autarquias, entidades diversas e organismos internacionais.

Na verdade, trata-se de um sistema cuja informação está geo-referenciada, apresentando um carácter dinâmico e interactivo, cujas aplicações e potencialidades extravasam qualquer domínio de análise.

A capacidade de se adicionar múltiplas realidades, de se poder integrar diferentes tipos de informação, a possibilidade de se redefinir o tempo e o espaço, apresenta-se como uma potencialidade incontornável para quem gere o território.

Assim, os sistemas de informação geográfica representam e possibilitam:

- Base de conhecimento estruturada e actualizada do território;
- Nova forma de gestão da informação territorial;
- Gestão do Território cada vez mais informada, eficiente e eficaz;
- Contributo para a modernização administrativa;
- Acelerar e melhorar a pesquisa e análise da informação;
- Rentabilização e optimização de recursos;
- Instrumento de apoio no processo de tomada de decisões
- Construção permanente e gradual;
- Dotar os órgãos políticos e técnicos de informação estratégica, destinada à definição e execução políticas gerais ou específicas de gestão do território;

Mais de que um software, os Sistemas de Informação Geográfica constituem uma importante ferramenta de estruturação, armazenamento, tratamento, actualização, gestão e visualização da informação geo-referenciada. A possibilidade de se efectuar a integração e o cruzamento de informação gráfica, topologicamente organizada com informação alfanumérica organizada em base de dados, num ambiente de multi-utilizador, confere-lhe a potencialidade de se poder executar uma infinidade de análises espaciais, inquirições várias, simulações, entre outros. É um meio de produção dinâmica de informação geo-referenciada, mas também representa um bom indicador indicativo de modernização e organização do trabalho técnico de qualquer entidade ou organismo.

Os conteúdos que podem ser contemplados são de natureza multifacetada, temas que vão desde a caracterização biofísica do território (informação geológica e geomorfológica, ocupação e uso do solo, modelos digitais do terreno, dados climáticos, entre outros); caracterização de equipamentos (ambiente, ensino, saúde, desporto, cultura, entre outros); de infra-estruturas, rede viária e espaços verdes, informação censitária e estatística de natureza diversa, funções urbanas, informação de carácter turística, entre outros.

Assim, os sistemas de informação geográfica, podem representar um repositório dinâmico e oferecem uma panóplia de potencialidades, das quais se destacam o diagnóstico de fenómenos, a execução de análises múltiplas, a simulação de complexas realidades sócio-espaciais, a potencial antecipação de acontecimentos, a geração de soluções alternativas entre muitas outras.

É imprescindível que se desenvolva um sistema de observação do território, obtendo assim, uma visão global do rumo de crescimento e desenvolvimento do território, das suas dinâmicas em curso, de modo que se permita identificar aptidões, potencialidades, mas também restrições, impulsos e frentes de desenvolvimento. Incontestavelmente esta ferramenta faculta-nos um poderoso instrumento de suporte ao planeamento e gestão territorial, um apoio quotidiano, um apoio à tomada de decisões.

Aceder a uma definição única e universalmente aceite de sistemas de informação geográfica afigura-se uma tarefa extremamente complicada, pelo facto de se tratar de uma ferramenta poderosíssima cuja aplicabilidade apresenta uma natureza multifacetada extravasando várias áreas científicas e domínios de actuação. Este, assenta sobre uma plataforma que integra o hardware e o software, dados, pessoas - *peopleware* e métodos, estes componentes constituem a base, o suporte para a exequibilidade de todo o processo. Os SIG apresentam uma mais valia incontornável, na medida em que possibilitam a integração múltipla de grandes quantidades de informação, de natureza diversa e em diversos formatos (alfanumérica, gráfica, multimédia, entre outra) facto, que maximiza e potencia uma extraordinária capacidade analítica aquando a respectiva exploração de dados.

Na realidade, as potencialidades recaem principalmente sobre o tratamento da informação e potenciais aplicações, existindo a possibilidade de actualizar em tempo real as bases de dados, bem assim como efectuar análises individuais ou integradas, quer quantitativas, quer qualitativas, proporcionando informação geo-referenciada aos gestores, possibilitando deste modo o atenuar e a potencial resolução de problemas do presente e do futuro e assim um grande apoio à decisão.

Deste modo, os SIG podem ser entendidos enquanto, um sistema de apoio à decisão que envolve a integração de dados geo-referenciados num ambiente orientado para a resolução de problemas e antevisão de cenários futuros, uma vez que permitem o simular do complexo funcionamento da realidade, antecipando e simulando acontecimentos e fenómenos.

A mais valia de um SIG reside nas potencialidades que dele se podem retirar, quer ao nível da cartografia temática, análises de natureza distinta, constituindo decididamente um apoio incondicional no apoio ao planeamento territorial, transformando simultaneamente o acto de gestão do território num processo contínuo e interactivo e integrado.

Os SIG e o turismo possuem uma parceria natural, dado que o conceito “onde”, lhes é especialmente caro, e ambos gravitam em torno da localização dos fenómenos, por um lado o turista que emprega o vocábulo *onde* um número de vezes sem fim, “*onde fica hotel...onde posso telefonar, onde fica a igreja...*”, estas são algumas das questões que um turista leva a cabo, e no que respeita os SIG, estes como já foi referido oportunamente, têm na sua essência a localização geográfica.

A conexão entre os SIG e o turismo, nasce a partir do facto, de que estes dois conceitos assumirem e partilharem algumas características, designadamente, ambos são objecto de estudo várias disciplinas ou áreas de investigação; os SIG enquanto ferramenta é utilizada nas mais variadas áreas (geografia, ambientes, recursos florestais, planeamento urbano), e o turismo têm sido objecto de estudo nas mais diversas áreas de investigação (economistas, geógrafos, antropologistas, entre outros). Não obstante tal facto, os contributos dos SIG têm-se reduzido a meros inventários turísticos, ou no apoio de elaboração e publicação de mapas e roteiros turísticos.

O fenómeno turismo enquanto actividade, está imbuído de alguma complexidade, dado que envolve comportamentos humanos, emoções e sensações, aspirações da mais diversa natureza, ou seja, trata-se de um sector cuja complexidade e transversalidade lhe é sobejamente conhecida.

Os quadros seguintes ilustram a capacidade funcional de um SIG e a sua aplicação no Turismo:

– Capacidades analíticas de um SIG –

Functional Capabilities of a GIS	GIS Basic Questions		Tourism Applications
Data entry, storage and manipulation	Location	What is at?	Tourism Resource Inventories
Map production	Condition	Where is it?	Identify most suitable locations for development
Database integration and management	Trend	What has changed?	Measure tourism impacts
Data queries and searches	Routing	Which is the best route?	Visitor management/flows
Spatial analysis	Pattern	What is the pattern?	Analyze relationships associated with resource use
Spatial modeling	Modelling	What if...?	Assess potential impacts of tourism development
Decision support			

(Fonte: **Wayne Giles** in *Gis Applications in Tourism Planning*, 2003, p.4)

– Assuntos comuns relacionados com o turismo e aplicações em SIG –

Problem	GIS Application
Benchmark/database	Systematic inventory of tourism resources
Environmental management	Facilitating monitoring of specific indicators
Conflicts	Mapping recreational conflicts: recreation-wildlife; user conflict
Tourism behavior	Wilderness perceptions
Carrying capacity	Identify suitable locations for tourism/recreation development
Prediction	Simulating and modeling spatial outcomes of proposed tourism development
Data integration	Integrating socio-economic and environmental datasets within a given spatial unit
Development control and direction	Decision support systems

(Fonte: **Wayne Giles** in *Gis Applications in Tourism Planning*, 2003, p.4)

Atendendo aos quadros anteriormente apresentados, podemos dizer que os SIG podem dar o seu contributo na inventariação geo-referenciada da informação, na produção de mapas e roteiros turísticos, mapas para uso turísticos, na definição de capacidades e potencialidades turísticas, entre muitas outras. Na integração da informação e gestão da mesma, na definição de prioridades e estratégias, quais as lacunas existentes, ou seja, pode-se levar a cabo uma infinidade de análises mediante o cruzamento da informação que se tenha carregado previamente.

Seria imperioso que se operasse numa plataforma comum, com denominadores comuns, em que houvesse uma partilha efectiva entre as várias entidades que tocam a actividade turística independentemente da escala de actuação. O objectivo passaria obviamente por evitar colecções de informação, em que não sofressem duplicações desmesuradas e sim que se conjugasse esforços no sentido de planear o território e por conseguinte a actividade turística de forma coerente e fundamentada e acima de tudo de forma integrada. Afigura-se importante ser mencionado, que não é apenas a duplicação da informação que está em causa ou que pode travar qualquer tipo de cooperação, é também a falta de partilha da informação, tal facto é testemunhado por uma falta de cultura de informação.

É um facto consumado, que não existe diálogo e coordenação suficiente entre as várias entidades quer do domínio público quer privado, as tutelas encontram-se por vezes ténues e indefinidas, bem como os campos de actuação. Neste sentido, torna-se fundamental a participação e o envolvimento por parte de todos os intervenientes que actuam na actividade turística, quer directa quer indirectamente. Os organismos públicos centralizados ou descentralizados, as autarquias, os investidores, os

comerciantes, os empresários, operadores turísticos, todos eles deveriam conjugar esforços de forma a caminharem todos segundo a mesma orientação, todos deveriam alimentar a mesma fonte de informação, ao invés, o que temos são inventários com estruturas de informação diferentes, nos quais as datas de recolha também diferem substancialmente, cujos investigadores também diferem, assim como os propósitos e objectivos, o que temos é um puzzle feito de diferentes peças.

A este propósito e no âmbito dos SIG e turismo, no nosso país têm-se assistido de forma gradual ao incremento desta tecnologia ao serviço do turismo, nomeadamente no que respeita as entidades que abraçam este sector, do qual se pode destacar o Instituto de Turismo de Portugal – ITP, com o desenvolvimento do site oficial de turismo <http://www.visitportugal.com>, a Direcção Geral do Turismo, ao promover e disponibilizar via WWW o IRT – *Inventário dos Recursos Turísticos*, bem como o ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal com o desenvolvimento do site <http://www.portugalinsite.pt>, pelo que várias são as tentativas em recorrer à tecnologia de informação geográfica anteriormente mencionada por entidades público-privadas, no objectivo de partilharem e tornarem a informação turística de uma forma transparente, bem como a sua própria gestão.

Pelo que, a informação de índole turística deveria ser recolhida de forma gradual e longitudinal, de forma a se justificar a sua actualização bem como custos que suporta. Tal facto, seria anunciador e promissor de um novo processo coerente, transversal e integrado no âmbito da inventariação, análise, gestão e disponibilização e publicação da informação turística para quem tem como propósitos máximos o ordenamento, gestão e promoção do território.

TURISMO CULTURAL: O PATRIMÓNIO

Turismo Cultural – deslocação na qual a motivação principal se prende com os horizontes pessoais, profissionais e emocionais e de relações e através da busca do património e seu território.

ORIGET DE CLUZEAU, C (1998), *Le tourisme Culturel*, Paris: PUF: (Col. Que sais-je)

A última década representa o testemunho de numerosas forças que estão a impulsionar e a transformar a indústria do turismo, entre as quais se podem destacar o progresso tecnológico, novas formas de comercializar e consumir os produtos turísticos, novos operadores turísticos, novos métodos de gestão aplicados à indústria do turismo, a configuração e emancipação de destinos turísticos emergentes em prol do suicídio e decadência de outros, mas sobretudo um novo consumidor, um turista cujo perfil é principalmente associado a outras exigências e a outros temperamentos e comportamentos.

O turista contemporâneo contém na sua bagagem a experiência de viajar, a informação, o conhecimento, como tal, também é mais informado, exigente, culto, dinâmico e interventivo. As motivações transformam-se, bem como as suas necessidades e desejos, aumenta a procura por experiências únicas, aumenta a sede pelo conhecimento, pela cultura material ou imaterial de uma dada sociedade ou território. Por outras palavras o turista cultural encontra-se sedento de informação, de enriquecimento intelectual e espiritual e por usufruir experiências únicas, diferenciadoras, centradas nos valores culturais.

Em detrimento das características subjacentes aos produtos turísticos, que apresentam uma diferenciação substancial dos restantes, das quais se podem destacar a intangibilidade e a produção e consumo em simultâneo, os turistas não desfrutam do produto antes de o adquirirem. Assim, encontram-se à mercê de representações menos fidedignas ou mais, meras descrições, informações várias que tornem o dito produto, o mais palpável possível, de forma a poderem tomar decisões.

Deste modo, a *informação* em turismo assume uma importância capital para o funcionamento do próprio sector, na medida em que os viajantes e turistas carecem de informação durante todo o ciclo de vida que acompanha uma viagem ou uma

deslocação. O indivíduo que tenciona partir para novos destinos, antes de mesmo decidir pelo destino, sonha e imagina, e geralmente leva a cabo uma pesquisa sobre a temática, faz uma prospecção de mercado no que concerne os destinos, o que têm para oferecer, preços, disponibilização das datas, informação sobre o clima, o alojamento, o enquadramento geográfico, entre outra informação, uma vez tomada a decisão carece de informação para o ajudar no sentido do processo de escolha e planeamento da mesma. Necessitam, ainda, de informação quando a própria deslocação se encontra a decorrer, como meios de transportes para a sua deslocação, praticas desportivas, atracções culturais, entre muitas outras. Assim os turistas carecem de informação actualizada, rigorosa, de fácil acesso e compreensão antes, durante e depois da viagem. A este cenário acresce ainda o factor temporal, que cada vez mais escasseia no seio das nossas sociedades, o que leva e suscita cada vez mais uma procura de informação acerca do fenómeno turístico. Para tal, os meios/canais de comunicação e distribuição são de uma importância vital para o sector, tudo gira à volta da informação e da comunicação, pelo que tal processo de aquisição de informação pode ser feito através de intermediários (agências de viagem, operadores turísticos), ou directamente, por exemplo através da WWW. Referira-se que a questão de como a informação os chega, ou seja, qual o formato da mesma é de importância vital, tradicionalmente tudo era produzido em papel, em forma de brochura, de roteiros, de flyers, de panfletos, no entanto esta forma de divulgação e promoção da informação apresenta-se como muita dispendiosa, morosa e principalmente padece de características estáticas, o que e atendendo às configurações a nível mundial, bem como face às restantes escalas espaciais, torna o processo incomportável, devido ao facto de não se poder actualizar a informação de forma instantânea. Neste sentido, a Internet tem adquirido uma extrema importância, enquanto canal de distribuição da informação turística, bem como de conteúdos geo-referenciados, na medida em que se encontram alojadas de forma exponencial páginas e sites relativos à gestão, promoção e venda de informação de cariz turística. É um facto consumado de que a procura de conteúdos geo-referenciados tem sofrido um acréscimo, dado que os turistas demandam cada vez mais informação geo-referenciada na WWW, qualquer pessoa, qualquer que sejam as suas coordenadas geográficas e temporais, pode fazer qualquer pergunta sobre Penafiel, ou sobre outro destino ou produto turístico, logo poderá obter a resposta de uma forma rápida e localizada geograficamente, sendo aquela enriquecida com informação adicional.

Acrescente-se ainda o facto, de a Internet poder apresentar características interactivas, mas também democráticas, pois é uma plataforma de comunicação por excelência. Assim, por vezes, o consumo virtual e por conseguinte visual dos destinos turísticos é feito numa primeira instância e o próprio consumo físico dos mesmos é feito à posteriori, uma vez que se apresenta enquanto um interface capaz de mostrar as valências turísticas de um dado espaço ou lugar. Podemos mesmo dizer, que neste contexto, o sentido da visão impera antes de outros sentidos tomarem e conduzirem o próprio turista. As imagens visuais de certa forma moldam e conferem sentido à antecipação, experiência e memória de qualquer deslocação ou viagem. No entanto, a experimentação física do destino, ou seja a sua autentificação, afigura-se como o objectivo supremo para o viajante ou turista, pois ele necessita de contactar com o real, o palpável que lhe confere e oferece uma panóplia de sensações e não apenas com o virtual.

De igual modo importa referir outros canais que também eles se têm assumido no contexto dos novos canais de informação, como os quiosques multimédia, CD-Rom's Interactivos, entre outros.

De acordo o mencionado anteriormente, todos os actores intervenientes no sector turismo necessitam de informação quer a montante, quer a juzante, ou seja, se por um lado os consumidores necessitam da informação para poderem tomar decisões relativas à practica turística, por outro, esta informação têm que ser disponibilizada pelos ditos fornecedores, na medida em que a sua própria prosperidade e chave de sucesso depende fortemente da sua capacidade de promoção e difusão dos produtos que tentam comercializar, por outras palavras, da informação que disponibilizam. Assim, torna imperioso que os promotores e fornecedores apresentem os seus produtos/ destinos de uma forma atractiva, em que os conteúdos e os formatos bem como os canais por onde passa essa mesma informação disponha da máxima visibilidade possível.

De acordo com o conteúdo explanado anteriormente, o turismo assume-se enquanto uma actividade fortemente dependente de conteúdos informativos, a associação e o recurso às novas tecnologias pode potenciar esforços e sinergias e otimizar a conexão entre a procura e a oferta, acarretando deste modo, uma crescente e eficiente gestão dos recursos e dos investimentos a efectuar.

O objecto do **turismo cultural** incide primordialmente sobre o património, quer o material ou tangível, quer o imaterial ou intangível. A visita, o estudo e vivência com o património fundamentalmente o monumental e artístico, assume-se como o seu expoente máximo.

Pode-se dizer, que o património assenta sobre um conjunto de valores, cuja estrutura é concebida através da mediação entre o passado e o presente. Assume-se enquanto testemunho vivo do passado, da história, do percurso dos nossos antepassados, bem como das suas vivências, actos, manifestações culturais e expressões materiais.

O património espelha a imagem da identidade de um povo, de uma cultura, cada pedra retrata uma trajectória, na qual está inscrita um conjunto de memórias, de valores, de símbolos, de pensamentos e ideais, angústias e acções do ser humano num determinado contexto temporal e espacial. O conceito em causa poderá ser encarado enquanto o acto que atribui sentido à existência do passado, àquilo que ainda teima em ser visível, de algo que para nós se tornou invisível, apesar de estar materializado fisicamente e padecer da intemporalidade.

O património deve ser concebido enquanto um conjunto de sinais que teimam em perdurar no tempo e no território. Assim, poderemos dizer que o património reside algures entre o passado visível e o passado invisível, pelo que os monumentos do românico residem no primeiro espectro, muito embora a tónica dominante pertença ao românico, muitas foram as marcas inscritas nesses mesmos monumentos ao longo dos tempos atravessando diferentes épocas históricas, estilos artísticos e vontades humanas.

O que se intenta é estabelecer um diálogo entre o passado já interiorizado e um futuro que se faz presente. Para que este diálogo não sofra interrupções, é necessário proceder à salvaguarda desse mesmo património, todavia a salvaguarda do património cultural não passa apenas por uma intervenção, pelo restauro, pela sua protecção legal, passa também pelo correcto conhecimento, pela valorização e pela sua difusão, tais procedimentos são por si só instrumentos válidos para a sua salvaguarda.

A inventariação e o registo do património serve para organizar e ordenar os dados tornando deste modo a reconstituição e interpretação do passado mais simples, bem como a própria perpetuação do conhecimento e por conseguinte a sua salvaguarda.

Para levar a cabo este procedimento todas as estratégias de inventariação e registo, ora em formato analógico ora em formato digital, se tornam válidas.

Os Sistemas de Informação Geográfica enquanto ferramenta poderosa de investigação e análise de informação geo-referenciada de cariz patrimonial, têm

indubitavelmente conquistado aliados nos organismos e entidades que tutelam o património cultural no nosso país, de entre os quais se podem destacar o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR – <http://www.ippar.pt>) no âmbito do projecto “*Inventariação e Digitalização do Património Histórico-Cultural*”, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN – <http://www.monumentos.pt>) com o desenvolvimento de um *sistema de informação geográfica*, a Direcção Regional da Cultura e o Instituto Açoriano de Cultura que em parceria desenvolveram o “*Inventário do Património Imóvel dos Açores*”(<http://www.inventario.iacultura.pt/>), estas entidades constituem o exemplo máximo para testemunhar a parceria emergente entre a tecnologia e o património.

Palavras de ordem como *inventariar, geo-referenciar, gerir, enriquecer, salvaguardar e difundir* ditam as novas configurações metodológicas para quem leva a cabo a gestão do património, e por conseguinte do território, independentemente das escalas de actuação e da natureza pública ou privada.

A informação geo-referenciada afigura-se como um instrumento de apoio à decisão que, permite relacionar dados e conteúdos referentes ao património cultural com uma estrutura gráfica de suporte. Toda a informação geo-referenciada pode eventualmente ser alvo de publicação, esta pode ser levada a cabo através de diversos canais, quer em brochura, em roteiro, quer via World Wide Web. A Internet representa indubitavelmente um meio no e pelo qual se pode aspirar à transparência de informação e celeridade de comunicação, também a perspectiva da divulgação assume contornos importantes na definição e promoção da defesa do património.

O DESAFIO DA PRÁTICA

No âmbito deste projecto, procedeu-se à estruturação de uma ficha de inventário/ detalhe as e por conseguinte da base de dados, bem como à definição dos campos, bem como dos atributos e tipo de informação a associar. Posteriormente foi levada a cabo a georeferenciação do património cultural, muito embora apenas os seis monumentos que integram que a RRVS, designadamente a *Igreja de São Salvador de Paço de Sousa* (Paço de Sousa), a *Igreja de São Gens de Boelhe* (Boelhe), a *Igreja de São Miguel da Gândara* (Cabeça Santa), a *Igreja de São Pedro de Abragão* (Abragão), a *Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios* (Eja), e o *Memorial da Ermida* (Irivo) tenham sido alvo de uma georeferenciação e preenchimento dos campos com a informação respectiva. Pelo que o enquadramento metodológico se restringe à delimitação geográfica do concelho de Penafiel. Esta estrutura será apresentada oportunamente em ambiente SIG aquando da apresentação oral deste trabalho, será pertinente referir que o software adoptado para o efeito, é o *GeoMedia Professional*, comercializado pela Intergraph Corporation S.A., sendo este um dos produtos que pertence à família de software dos SIG. Importa referir o facto de, a informação poder ser posteriormente publicada na Internet através do Geomedia WebPublisher, isto se, o objectivo passar por disponibilizar informação georeferenciada de forma interactiva, se não for o caso, existem outras alternativas capazes de optimizarem e divulgarem a informação, recorrendo a outro tipo de software ou de aplicações escritas noutra linguagem.

A concepção da ficha de detalhe, em formato Word, que a seguir se apresenta é o resultado de uma pesquisa feita, pelas várias entidades afectas de alguma forma ao património cultural, das quais destaco o IPPAR, bem como a DGEMN. Assim, a ficha é fruto do cruzamento de diversas fichas aplicadas à inventariação do património cultural, (principalmente o imóvel), bem como de uma tentativa individual de desenhar, quer as necessidades dos técnicos em termos de consulta de informação, quer as de um cidadão comum, para que, se obtivesse uma ficha de detalhe a mais completa e criteriosa possível. Será de salientar que os técnicos da autarquia de Penafiel, designadamente os que fazem a gestão do património cultural, também eles foram consultados, uma vez que serão eles os principais consumidores desta informação, daí que tiveram uma voz activa e decisiva na definição desta estrutura.

A ficha de inventário tenta corresponder às exigências que se colocam a um levantamento metódico pelo que tem uma abrangência conceptual, dado que também o património cultural encerra em si uma pluralidade de matérias.

INVENTÁRIO GEOREFERENCIADO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Identificação, Localização, Protecção, Descrições, Imagens, Bibliografia e Informações complementares

1. **Identificação** (ID – chave primária)
2. **Código** (identifica em código o objecto)
3. **Designação** (identifica a designação ou o nome pelo que é conhecido)
4. **Localização** (identificação da localização do objecto)
 - 4.1. **Freguesia** (identificação da freguesia)
 - 4.2. **Lugar** (identificação do lugar)
 - 4.3. **Rua** (identificação da rua)
 - 4.4. **Código Postal** (identificação do código postal)
5. **Coordenadas - Hayford - Gauss / Datum 73** (identificação das coordenadas cartesianas e geográficas)
 - 5.1. **Cartesianas**
 - 5.1.1. X –
 - 5.1.2. Y –
 - 5.1.3. Z –
 - 5.2. **Geográficas**
 - 5.2.1. Latitude –
 - 5.2.2. Longitude -
6. **Acesso** (artérias principais de acesso bem como outro tipo de referências)
7. **Enquadramento** (planta de Localização, área de protecção, extracto da cartografia militar)
8. **Época** (identificação da época histórica)
9. **Categoria** (se monumento, conjunto ou sítio)
10. **Grupo Tipológico** (identificação do grupo tipológico a que pertence ex.: arquitectura religiosa)
11. **Tipo** (Identifica o tipo ex.: Igreja)
12. **Protecção** (identifica se existe alguma protecção legal, mediante as 4 opções seguintes)
 - 12.1. PDM
 - 12.2. Inventariado

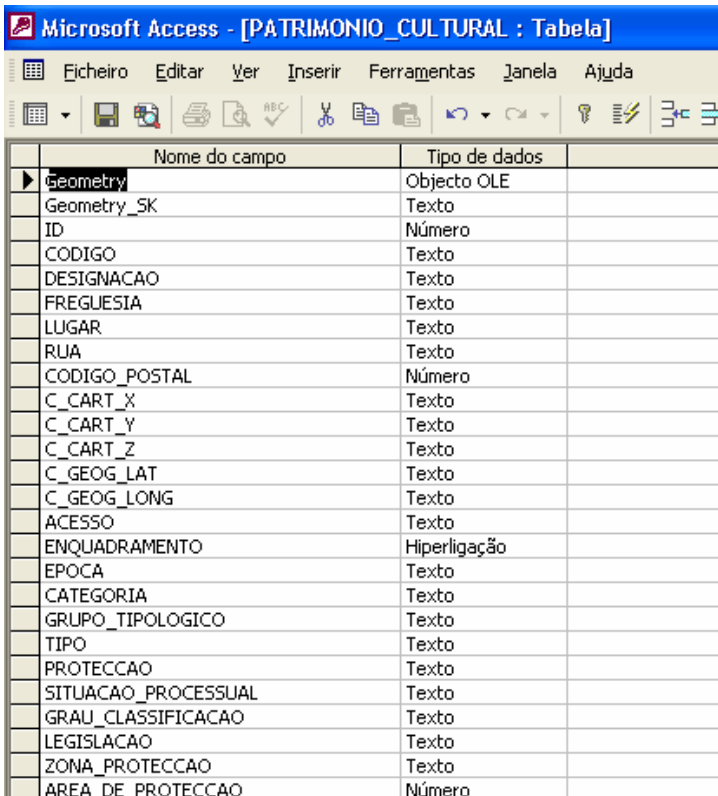
- 12.3. Em vias
- 12.4. Classificado
- 13. **Situação processual** (identifica a sua situação processual, ou seja o estado em que se encontra em termos processuais, de acordo com as seguintes situações)
 - 13.1. Inventariado
 - 13.2. Pedida a Classificação
 - 13.3. Classificado
 - 13.4. Classificado parcialmente
 - 13.5. Em vias de classificação
 - 13.6. Em vias de classificação – homologado com despacho do membro do governo – aguarda publicação em D.R.,
 - 13.7. Reclassificação
 - 13.8. Desclassificado
- 14. **Grau de classificação** (identifica o grau de classificação, de acordo com a seguinte classificação)
 - 14.1. MN monumento nacional
 - 14.2. IIP imóvel de interesse público
 - 14.3. IIM imóvel de interesse municipal
 - 14.4. Em vias de classificação
- 15. **Legislação** (identifica a legislação que estabelece sua a protecção)
- 16. **Zona de protecção** (identifica se classificado, qual a zona de protecção existente)
 - 16.1. Automática
 - 16.2. PDM
 - 16.3. ZEP
- 17. **Área de protecção** (identifica em m² qual a sua área de protecção)
 - 17.1. Área em m²
- 18. **ZEP** (identifica se existe Zona Especial de Protecção)
 - 18.1. sim / não
 - 18.2. Portaria (identifica a legislação que estabelece sua a protecção)
 - 18.3. Zona "non aedificandi" (sim/não)
 - 18.4. Área da zona "non aedificandi" (área em m²)
- 19. **Afectação** (identificação das entidades que tutelam)
 - 19.1. IPPAR
 - 19.2. DGEMN

- 19.3. CM
- 20. **Propriedade** (identificação se possível a natureza de propriedade, se pública ou particular)
- 21. **Contexto histórico** (breve apresentação do seu contexto histórico)
- 22. **Descrição Geral** (descrição do objecto em torno de todos os elementos e aspectos relevantes para a sua caracterização e apresentação)
 - 22.1. Descrição
 - 22.2. Elementos integrados (elementos notáveis que mereçam ser destacados)
 - 22.3. Cronologias (cronologias referentes ao objecto)
 - 22.4. Características Particulares (identificação de características distintivas)
 - 22.5. Restauros/Intervenções (identificação de principais restauros e intervenções levadas a cabo)
 - 22.6. Estado de Conservação (identifica, de acordo com parâmetros genéricos (ruína, mau, razoável e bom) o seu estado de conservação
- 23. **Ameaças** (identificação de potenciais ameaças a que se encontra sujeito)
- 24. **Utilização** (identificação da função inicial, bem como da actual)
 - 24.1. Função Inicial
 - 24.2. Função Actual
- 25. **Confrontações** (identificação das confrontações nos vários quadrantes)
 - 25.1. Nascente
 - 25.2. Poente
 - 25.3. Norte
 - 25.4. Sul
- 26. **Documentação Complementar**
 - 26.1. Bibliografia e Documentação de Referência (identificação das referencias bibliográficas mais relevantes)
 - 26.2. Documentação Fotográfica (identificação de registos fotográficos antigos e recentes)
 - 26.3. Documentação Gráfica (identificação de documentação gráfica)
- 27. **Observações** (identificação de observações a pertinentes)
- 28. **Informações complementares**
 - 28.1. Horário (identificação do horário de estacionamento)
 - 28.2. Acesso / Ingresso (identificação se o acesso/ingresso é livre ou restrito, se é necessário marcação prévia)
 - 28.3. Contactos (se restrito com quem contactar, o nome da pessoa a contactar)
 - 28.4. Contactos Telefónicos (o contacto telefónico da pessoa a contactar)

- 28.5. Fax (o contacto do Fax da pessoa a contactar)
- 28.6. E-mail (o contacto electrónico da pessoa a contactar)
- 28.7. URL (morada electrónica)
- 28.8. Tem estacionamento (se existe estacionamento no local)
- 28.9. Tem equipamentos de apoio (se tem equipamentos de apoio, por exemplo bar, sala polivalente, entre outros)
- 28.10. Tem serviço educativo (se tem um serviço educativo de apoio a visitas)
29. Data de Levantamento (data de levantamento da informação)
30. Técnico Responsável (técnico responsável pela recolha da informação)
31. Última actualização (data da última actualização da informação)

Esta ficha foi posteriormente potenciada numa sua versão informatizada através da criação de uma base de dados em Microsoft Access, na qual será construída uma tabela de dados com os respectivos campos da ficha de detalhe. Os campos, ou seja, os atributos têm maioritariamente informação alfanumérica associada, a que está associada informação complementar multimédia (textos e imagens).

Estrutura da tabela – *Património Cultural* em Microsoft Access:



Nome do campo	Tipo de dados
Geometry	Objecto OLE
Geometry_SK	Texto
ID	Número
CODIGO	Texto
DESIGNACAO	Texto
FREGUESIA	Texto
LUGAR	Texto
RUA	Texto
CODIGO_POSTAL	Número
C_CART_X	Texto
C_CART_Y	Texto
C_CART_Z	Texto
C_GEOG_LAT	Texto
C_GEOG_LONG	Texto
ACESSO	Texto
ENQUADRAMENTO	Hiperligação
EPOCA	Texto
CATEGORIA	Texto
GRUPO_TIPOLOGICO	Texto
TIPO	Texto
PROTECCAO	Texto
SITUACAO_PROCESSUAL	Texto
GRAU_CLASSIFICACAO	Texto
LEGISLACAO	Texto
ZONA_PROTECCAO	Texto
AREA DE PROTECCAO	Número

Nome do campo	Tipo de dados	
ZONA_ESPECIAL_DE_PROTECCAO	Sim/Não	
PORTARIA	Texto	
ZONA_NON_AEDIFICANDI	Sim/Não	
AREA_ZONA_NON_AEDIFICANDI	Número	
AFECCAO	Texto	
PROPRIIDADE	Texto	
CONTEXTO_HISTORICO	Texto	
D_G_DESCRICAO	Texto	
D_G_ELEMENTOS_INTEGRADOS	Texto	
D_G_CRONOLOGIAS	Texto	
D_G_CARACT_PARTICULARES	Texto	
D_G_INTERVENCOES	Texto	
D_G_ESTADO_CONSERVACAO	Texto	
AMEACAS	Texto	
UTILIZACAO_FUNCAO_INICIAL	Texto	
UTILIZACAO_FUNCAO_ACTUAL	Texto	
CONFRONTACAO_NASCENTE	Texto	
CONFRONTACAO_POENTE	Texto	
CONFRONTACAO_NORTE	Texto	
CONFRONTACAO_SUL	Texto	
BIBLIOGRAFIA	Hiperligação	
REGISTO_FOTOGRAFICO	Hiperligação	
REGISTO_GRAFICO	Hiperligação	
OBSERVACOES	Texto	
INF_COMP_HORARIO	Texto	
INF_COMP_ACESSO_INGRESSO	Texto	
Nome do campo	Tipo de dados	
INF_COMP_CONTACTOS_TLF	Texto	
INF_COMP_CONTACTOS_FAX	Texto	
INF_COMP_CONTACTOS_EMAIL	Texto	
INF_COMP_CONTACTOS_URL	Texto	
INF_COMP_ESTACIONAMENTO	Texto	
INF_COMP_EQUIPAMENTOS_DE_APOIO	Texto	
INF_COMP_SERVICO_EDUCATIVO	Texto	
DATA_LEVANTAMENTO	Texto	
TECNICO_RESPONSAVEL	Texto	
ULTIMA_ACTUALIZACAO	Texto	
ID1	Numeração aut	

De acordo, com o *Print Screen* apresentado, importa acrescentar, que a aquisição de dados para inserção envolveu, a reunião de informações armazenadas em papel ou outros meios não digitais, a definição de códigos para relacionar informação, transformação de formatos ou outro tipo de processamento de dados, bem como a scannerização de fotos ou documentos, e entrada de dados textuais.

Será oportuno deixar aqui uma ressalva, no sentido de que a estruturação da ficha e por conseguinte da base de dados, afigurou-se como o objectivo máximo neste trabalho e não a recolha da informação, isto porque, toda a informação que foi alvo de inserção foi recolhida de diversas fontes de informação, entre as quais a DGEMN, o IPPAR, a Câmara Municipal de Penafiel - (<http://www.cm-penafiel.pt>), bem como do Relatório da Rota do Românico do Vale do Sousa, pelo que a sua validação fica à mercê do rigor e da qualidade da informação que estes organismos disponibilizam. O objectivo passará certamente, uma vez validada a estrutura da base de dados e da ficha de inventário, pela competência da entidade em inventariar, recolher, inserir e validar toda a informação respeitante ao património cultural. Isto porque, o trabalho exposto por meio destas páginas apenas pretende ser um modesto contributo e uma reflexão

individual sobre as temáticas que foram explanadas no decorrer da pós-graduação em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futuro e a sustentabilidade do turismo no Vale do Sousa e particularmente do concelho de Penafiel, passa necessariamente pela afirmação da cultura e da valorização do património, para tal é imprescindível que se tenha uma estratégia vincada e fundamentada sobre os alicerces da informação, para que se leve a cabo uma política territorial concertada e eficiente.

As novas tecnologias, nomeadamente os sistemas de informação geográfica, representam um contributo na optimização da definição estratégica do planeamento turístico de um dado território, dado que levam a cabo de uma forma criteriosa, uma infinidade de análises múltiplas através do cruzamento de informações de natureza distintas, e ao permitir uma visualização geográfica das soluções encontradas.

Com o recurso às novas tecnologias de informação, torna-se possível por meio de novas linguagens aceder a um custo relativo, a conteúdos especializados e por um público mais abrangente. Informar, os turistas com informações detalhadas e válidas e de uma forma sedutora, capaz de estimular a sua visita e permanência no concelho, mas também os técnicos responsáveis que necessitam da informação para melhor poderem intervir e decidir sobre o futuro do território e das actividades que nele se desenrolam.

Inventariar, organizar, estruturar, analisar, divulgar e promover serão certamente as palavras de ordem que devem imperar, quando se pensa em vender um produto turístico perante um cenário cada vez mais exigente e uma concorrência cada vez mais feroz.

É imprescindível alcançar a notoriedade perante potenciais turistas, afirmar a nossa identidade, sustentar uma imagem diferenciadora enquanto oferta turística, tornando deste modo o concelho apelativo, bem como os recursos que tem para oferecer.

Para tal é necessário agilizar a informação e o conhecimento, através de diferentes canais de comunicação, todos eles válidos e capazes, através de material informativo, brochuras, quiosques multimédia, Internet, entre outros, na qual a componente visual e multimédia seja a tônica dominante não descurando como é óbvio o rigor da informação apresentada.

O marketing e a promoção assumem-se como palavras de ordem para quem quer efectivamente vincar e afirmar uma posição sólida na arena do mercado do turismo, no entanto é necessário uma política territorial capaz de suportar tal processo.

È imprescindível ter um conhecimento profundo do território e das suas mutações, estimular a pesquisa e análise da informação, disponibilizar os recursos em ambiente intranet e Internet, para que se possa tomar decisões recorrendo ao cruzamento de toda a informação actualizada, diminuindo e rentabilizando desta forma o factor temporal.

A administração local assume um papel preponderante no fomento e desenvolvimento da actividade turística, daí que, tem a seu cargo a responsabilidade de gerir e planear criteriosamente o processo de desenvolvimento do turismo. Também os impactes da actividade turística se repercutem de uma forma notória e incisiva à escala local, pelo que as diversas políticas de actuação terão que ser pensadas e direccionadas à mesma escala.

Torna-se imperioso fomentar sinergias entre os várias entidades competentes e intervenientes na actividade turística e na gestão do território, de modo a que se disponibilize e partilhe toda a informação para melhor avaliar, decidir e intervir.

BIBLIOGRAFIA

- BONIFACE, P; FOWLER, P, J; “*Heritage and Tourism in the ‘global village’*”; Routledge, London, 1993
- BURROUGH P.A., AND MCDONNELL R., “*Principles of Geographical Information Systems*”.New York: Oxford University Press, 2003
- CRAVIDÃO, F., CUNHA, L.; “*Ambiente e práticas turísticas em Portugal*”. Inforgeo, 6, Lisboa, 1993
- CRAVIDÃO, F., CUNHA, L.; “*Turismo, Investimento e Impacte ambiental*”, Cadernos de geografia, n.º 10,1991
- CUNHA, Licínio; “*Economia e Política do Turismo*”. Mcgraw- Hill, Lisboa, 1997
- EPELT, FERNÁNDEZ Y CASELLAS, “*Patrimonio Cultural Y Turismo: Nuevos Modelos De Promoción Vía Internet*”, in Cuadernos De Turismo, Nº 6, 2000
- GILES WAYNE, *Gis Applications In Tourism Planning* , in GIS 340 /GIS Seminar, 2003
- HALL, M, C; WEILER, B); “*What’s Special about Special Interest Tourism?*”; In Weiler et al (Ed.) *Special Interest Tourism*; Halsted Press; London, 1992
- LASH, S; URRY, J; “*Economies of Signs and Spaces*”; Sage; London, 1994
- MALTA, P. A.; “*Das relações entre tempo livre, lazer e turismo*”, in Cadernos do Noroeste – Série Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Vol. 13, N.º 1, 2000
- WHEELER, B; “*Tourism’s troubled times. Responsible tourism in not the answer*”; *Tourism Mangement*, 1992
- ORIGET DU CLUZEAU, C. ; “*Le tourisme culturel*”, PUF, Paris, 1998
- PARTIDÁRIO, M. R.; “*Ambiente e turismo*”, in Economia e Prospectiva, I, 4,1998
- SARMENTO, J, C, V; “*Tourism in Portugal*”; *Chimera*; 12; University College Cork, 2003
- SARMENTO, J, C, V; “*Virtual Atlantic Europe and tourism promotion. The cases of West Cork and the Azores*”, in *International Geographical Union Regional Lisboa, 1998*
- TURK T., GUMUSAY M.U., “*Gis Design And Application For Tourism*”, in Commission VI, WG VI/6
- VERA, J. F.; PALOMEQUE, F. L.; MARCHENA, M. J.; ANTON, S.; “*Análisis territorial del turismo*”. Ariel Geografía, Barcelona, 1997

<http://www.ippar.pt>

<http://www.monumentos.pt>

<http://www.inventario.iacultura.pt>

<http://www.cm-penafiel.pt>

<http://www.iapmei.pt>

<http://www.link.pt>

<http://www.portugalinsite.pt>

<http://www.portugal.gov.pt>

<http://www.adersousa-rrvs.com>

<http://www.dgturismo.pt>

<http://www.valsousa.pt>

<http://www.unesco.org>